



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

950
S

4ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 329623-1 – RECIFE – 33ª VARA CÍVEL

AGRAVANTE: Marinalva Maria Silva Ferreira

AGRAVADO: Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA

RELATOR CONVOCADO: Des. Evandro Magalhães Melo

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS. SISTEMA ANGELMED GUARDIAN CONCEDIDO POR FORÇA DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INCIDÊNCIA DA VERBA HONORÁRIA SOBRE O VALOR DO DANO MATERIAL E MORAL. RECURSO PROVIDO.

1. Os honorários do advogado devem corresponder à justa remuneração do trabalho, levando em consideração o conteúdo econômico da causa, que seria o correspondente ao valor que a agravada pagou pelo material adquirido em favor da agravante, mais o valor da indenização por danos morais.
2. Acaso a ré não cumprisse a obrigação determinada, a teor do que dispõe o art. 461, do CPC, seria ela convertida em perdas e danos. Nessa hipótese seria buscado o valor total (danos morais e materiais) desde o início, apontado como valor certo pretendido, recaindo o percentual a título de honorários advocatícios nesse montante.
3. Agravo de Instrumento provido, a unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento n.º 329623-1, em que figuram como agravante Marinalva Maria Silva Ferreira e, como agravada Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, dar provimento ao agravo de instrumento, na conformidade do relatório e voto, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este aresto.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Evandro Magalhães Melo
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES



4ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 329623-1 - RECIFE - 33ª VARA CÍVEL

AGRAVANTE: Marinalva Maria Silva Ferreira

AGRAVADO: Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA

RELATOR CONVOCADO: Des. Evandro Magalhães Melo

RELATÓRIO:

Trata-se de agravo de instrumento interposto por Marinalva Maria Silva Ferreira, de decisão proferida pelo Juiz de Direito da 33ª Vara Cível da Capital, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer c/c Reparação por Danos Morais e Pedido de Antecipação Parcial dos Efeitos da Tutela (Processo nº 0014810-75.2013.8.17.0001).

A decisão ora combatida, de fls. 314, deferiu o bloqueio do sistema BACENJUD, mas apenas do valor de R\$ 8.683,96, relativamente à condenação por danos morais e aos honorários advocatícios respectivos (314/314v e 317), não considerando como parte integrante da condenação, para efeito de cálculo de honorários advocatícios, o valor custeado pela seguradora a título de obrigação de fazer. No despacho de fls. 317, o Juiz *a quo* converteu em penhora o bloqueio já efetivado.

Alega a agravante, em síntese, que propôs ação de obrigação de fazer c/c pedido de indenização por danos morais, para compelir a Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA, na condição de seu plano de saúde, a custear o procedimento prescrito pelo seu médico, de implantação do "Sistema Angelmed Guardian" (monitor intra-cardíaco + Eletrodo ventricular + dispositivo externo).

Informa que sobreveio sentença, confirmando a obrigação de fazer, objeto da tutela já deferida - implantação do "Sistema Angelmed Guardian", e condenando a agravada ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 6.000,00.

Ato contínuo sobreveio a fase de cumprimento de sentença, na qual foi requerida a penhora no valor de R\$ 25.174,52 (vinte e cinco mil cento e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), correspondente ao percentual de 20% de honorários advocatícios sobre a condenação total corrigida mais o valor arbitrado a título de danos morais.

Cumprе observar, portanto, que a condenação total mencionada para efeito de cálculo dos honorários advocatícios, restaria composta por: i) danos morais no montante de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), e ii) danos materiais no importe de R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais) correspondente à implantação do "Sistema Angelmed Guardian", concedido em tutela antecipada.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES



A agravante salienta que o Magistrado, todavia, só deferiu o pedido de bloqueio no valor de R\$ 8.683,96, que corresponderia ao valor dos danos morais corrigidos mais os 20% dos honorários advocatícios, por entender que o percentual de honorários advocatícios sucumbenciais deveria apenas incidir sobre a parcela referente aos danos morais.

Registra que, à época, não houve interposição de recurso de Embargos de Declaração da sentença, pois entendia não existir qualquer dúvida quanto à integralidade da condenação, que, sob sua ótica, engloba o proveito econômico atribuído à obrigação de fazer e outros valores em pecúnia a serem pagos.

Acrescenta que o próprio Magistrado na sua decisão fez menção ao valor que deveria ser bloqueado por meio do BACENJUD, o de R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais), para pagamento à distribuidora do aparelho solicitado. Resta claro, assim, o proveito econômico em favor da agravante. Por esse motivo, o aludido valor do equipamento pago pela seguradora, deve integrar a base de cálculo para efeito de cálculo de honorários sucumbenciais.

Requer, ao final, a antecipação dos efeitos da tutela, no sentido de determinar que o cumprimento de sentença prossiga com base na planilha apresentada, devendo haver o reforço da penhora já estabelecida, até o montante de R\$ 25.174,52. No mérito, pugna pelo provimento do recurso.

Em decisão terminativa de fls. 331/335, de 17/03/2014, foi dado provimento ao agravo de instrumento, para determinar o reforço de penhora até o montante requerido, devendo o referido valor subjacente permanecer em conta judicial.

Da aludida decisão, não foi interposto Recurso de Agravo legal, conforme certidão de fls. 341.

A agravada, devidamente intimada, não ofertou contrarrazões, (certidão de fl. 342).

No essencial, é o relatório.

Peço pauta.

Recife, 29 de Abril de 2014.


Des. Evandro Magalhães Melo
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

4ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO n.º 329623-1 - RECIFE - 33ª VARA CÍVEL

AGRAVANTE: Marinalva Maria Silva Ferreira

AGRAVADO: Fundação Assistencial dos Servidores do INCRA - FASSINCRA

RELATOR CONVOCADO: Des. Evandro Magalhães Melo

VOTO:

Com efeito, cinge-se a questão em apreciação à divergência de entendimento entre o Magistrado e os patronos da agravante, surgidos na fase de cumprimento de sentença, no tocante às parcelas que compõem a condenação, quando o provimento sentencial é dividido em obrigação de fazer e obrigação de pagar.

A parte dispositiva da sentença dispôs:

"Posto isso, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS, mantendo os termos da antecipação de tutela anteriormente deferida, para condenar a ré a custear integralmente as despesas inerentes ao procedimento de implante do GERADOR ANGELMED GUARDIAN (IMD), DO MONITOR INTRACÁRDIACO + ELETRODO VENTRICULAR + DISPOSITIVOS EXTERNO (EXD. COD.: 40.05.008-4).

Condeno também a ré a pagar a autora, a título de indenização por danos morais, o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Correção monetária (ENCOGE) e juros de mora de 1% ao mês contados desta data até o efetivo pagamento.

Condeno, ainda, a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% sobre o valor da condenação."(g.n)

Da análise da petição inicial, vê-se que os pedidos da agravante corresponderam ao fornecimento do Sistema AngelMed Guardian, além das despesas necessárias ao procedimento e reparação por danos morais (fls. 22/41).

Na própria petição foi atribuído à causa o valor de R\$ 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais), tomando como parâmetro o valor do aparelho perante a distribuidora (fl. 38). Valor esse também constante na Guia de Autorização de Internação emitida pela FASSINCRA, autorizando a aquisição do material à Trevo Comércio e Distribuidora (fl. 271).

Registre-se, ademais, que embora a obrigação de fazer tenha sido determinada na decisão monocrática de fls. 185/186, em março de 2013, a autorização só veio a ser efetivamente emitida em 10/05/2013, e demonstrada nos autos em junho de 2013, após sua confirmação por sentença.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

Assim, indene de dúvida que os pedidos deferidos na sentença a repercutirem na esfera patrimonial das partes foram: a confirmação da obrigação de custear o procedimento integralmente e o pagamento da indenização por danos morais.

Consoante se denota da decisão que antecipou a tutela de mérito e da própria sentença, o valor de R\$ 86.400,00, corresponde ao custo do aludido equipamento, suportado pela seguradora, revelando-se perfeitamente mensurável o conteúdo econômico da demanda.

Assim, o proveito econômico seria o correspondente ao valor que a agravada pagou pelo material adquirido em favor da agravante, mais o valor da indenização por danos morais.

Nessa linha de pensar, entendendo assistir razão aos patronos da agravante, ao incluírem nos cálculos dos honorários advocatícios, o valor referente à obrigação de fazer.

Demais disso, os honorários do advogado que devem corresponder à justa remuneração do trabalho, levando em consideração inclusive o conteúdo econômico da causa.

Demasiado acrescentar, ainda, que acaso a ré não cumprisse a obrigação determinada, a teor do que dispõe o art. 461, do CPC, seria ela convertida em perdas e danos, nessa hipótese seria buscado o valor de R\$ 86.400,00, valor do equipamento implantado, desde o início, apontado como valor certo pretendido.

Por tais motivos, não há como prevalecer o entendimento esposado na decisão agravada, devendo dar-se seguimento ao Cumprimento de Sentença, com a inclusão do valor relativo à obrigação de fazer nos cálculos dos honorários advocatícios e, em consequência, na penhora efetivada.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS NA OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DE DANOS MATERIAIS E DANOS MORAIS. STENT CONCEDIDO POR FORÇA DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INCIDÊNCIA DA VERBA HONORÁRIA SOBRE O VALOR DO DANO MATERIAL E MORAL. RECURSO AO QUAL SE NEGOU SEGUIMENTO COM ESPEQUE NO ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. IMPROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO. I Estatui o § 3º, do art. 20, do Código de Processo Civil, que "os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar de prestação do serviço; c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço" ;II Pedido de que fosse a seguradora condenada "a pagar, direta e imediatamente, ao Hospital Samaritano o valor dos stents indevidamente excluídos de cobertura securitária, no montante de R\$ 35.670,00; além da condenação por danos morais suportados pela demandante (.)" , fixando honorários "em 10% sobre o valor total da condenação";III - A

261
M

952

M



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

condenação exteriorizada no pagamento dos stents por força de antecipação de tutela não está excluída da base de cálculo da verba honorária porque integra a condenação; IV - Improvimento ao agravo interno.

(TJ-RJ - AI: 130316820128190000 RJ 0013031-68.2012.8.19.0000, Relator: DES. ADEMIR PIMENTEL, Data de Julgamento: 18/07/2012, DECIMA TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 27/07/2012)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS NA OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONDENAÇÃO DA SEGURADORA AO PAGAMENTO DE ÓRTESE E DANOS MORAIS. ÓRTESE CONCEDIDA POR FORÇA DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INCIDÊNCIA DA VERBA HONORÁRIA SOBRE O VALOR DA ÓRTESE E DA INDENIZAÇÃO PELOS DANOS MORAIS. RECURSO AO QUAL SE DEU PROVIMENTO AO ABRIGO DO ART. 557, § 1º-A, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. IMPROVIMENTO. I - Estatui o § 3º, do art. 20, do Código de Processo Civil, que "os honorários serão fixados entre o mínimo de dez por cento (10%) e o máximo de vinte por cento (20%) sobre o valor da condenação, atendidos: a) o grau de zelo do profissional; b) o lugar de prestação do serviço; c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço"; II - O pedido foi no sentido de concessão de tutela antecipada "para que seja determinado ao Réu que autorize e custeie, imediatamente, o procedimento cirúrgico do Autor que consistente no implante de eletrodo atrial, implante de eletrodo ventricular e implante de Gerador DDDR" e ratificada "declarando o dever do Réu em custear e autorizar procedimentos dessa natureza pagar integralmente o valor da prótese aórtica utilizada para tratamento da doença coronariana de que sofre o autor, declarando-se a nulidade da cláusula contratual (.)" e ainda condenada "a ressarcir os danos morais suportados pelos demandantes, cujo valor deverá ser livremente fixado por este Juízo". Suponha-se, ad argumentandum tantum, que não tivesse sido concedida a antecipação da tutela e fosse a agravada condenada, ao final, ao fornecimento do eletrodo? Não incidiriam os honorários sobre o seu valor e sobre os danos morais? Houve, apenas, uma antecipação de condenação, ou seja, antecipou-se, é óbvio, a pretensão ajuizada; III - **A sentença condenou a seguradora ao pagamento de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação que é materializada no fornecimento do eletrodo atrial e os danos morais, devendo ser a soma dos respectivos valores a base de incidência dos honorários advocatícios;** IV - Improvimento ao agravo interno.

(TJ-RJ - AI: 204382820128190000 RJ 0020438-28.2012.8.19.0000, Relator: DES. ADEMIR PIMENTEL, Data de Julgamento: 15/08/2012, DECIMA TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 06/09/2012)

É justamente o caso em apreço.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DES. JONES FIGUEIRÊDO ALVES

Desta forma, é razoável admitir a fixação do valor da condenação em honorários advocatícios, considerando o proveito econômico direto advindo da obrigação de fazer no montante de R\$ 86.400,00 e da condenação em danos morais no valor de R\$ 6.000,00.

Tais valores, somados e corrigidos, totalizaram o montante de R\$ 92.978,77, o que corresponde a R\$ 18.595,75 a título de honorários advocatícios, sendo este de 20% do valor da condenação.

Considerando que o valor a ser penhorado deve ser equivalente ao total da condenação, que abarca os honorários advocatícios e a condenação a título de danos morais corrigida, deve haver o reforço da penhora já estabelecida, até o montante de R\$ 25.174,52.

Amparado nestas razões, dou provimento ao recurso, para reformar a decisão agravada, determinando que o cumprimento de sentença prossiga com base na planilha apresentada às fls. 18 dos autos, devendo haver o reforço da penhora, até o montante de R\$ 25.174,52 (vinte cinco mil cento e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

É como voto.

Recife, 29 de maio de 2014


Des. Evandro Magalhães Melo
Relator Convocado